

DEFENDAMOS A FLORESTA e as populações que nela vivem!

Os fogos florestais, consequência de décadas de política de direita do PS, PSD e CDS, trouxeram de novo a tragédia ao País. Dezenas de vidas perdidas, milhares de hectares arditos, casas e explorações agrícolas destruídas, actividades económicas afectadas.

Desertificação económica e humana, pela liquidação de milhares de explorações agroflorestais; falta de rentabilidade económica e desenfreada expansão do eucalipto; desordenamento florestal e incumprimento da Lei de Bases, da Estratégia Nacional das Florestas e do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios; ausência do cadastro; liquidação dos guardas florestais; deficiências e carências do dispositivo de combate aos fogos!

Tudo isso não caiu do céu.

É a pesada factura das políticas agroflorestais, de encerramento e degradação de serviços públicos, entre eles os do Ministério da Agricultura, do favorecimento dos monopólios da madeira e cortiça, das restrições orçamentais do Pacto de Estabilidade e Crescimento e da União Europeia.



Se em Junho o Governo PS, como os anteriores governos, tivessem ouvido o PCP, a situação poderia agora não ser tão grave. O PCP propôs:

- Limpezas das bermas das estradas;
- Alargamento do período do dispositivo especial de combate a incêndios;
- Medidas para reforçar o dispositivo num Verão que se adivinhava muito duro;
- Sistema de comunicações de emergência e segurança reforçado;
- Contratação de 50 equipas de sapedores florestais;
- Reforço das forças de segurança.

As medidas do Governo ficam aquém do necessário!

As medidas anunciadas pelo Governo, embora respondam a questões imediatas de apoio às vítimas, são marcadas por omissões, ausência de quantificação orçamental e de recursos para as concretizar.

A ausência de medidas de defesa do mundo rural e do interior, da agricultura familiar, de criação de emprego e serviços públicos, de desenvolvimento regional, impedem a defesa da floresta, que é inseparável da melhoria das condições de vida dos que aí vivem.

É preciso outra política!

- Identificação urgente dos equipamentos a adquirir para fazer face a novas situações de catástrofe;
- Constituição de 100 equipas de sapedores florestais por ano e reconstituição do Corpo de Guardas Florestais;
- Programa de reflorestação com espécies nacionais;
- Execução das Redes de Faixas de Gestão de Combustível;
- Revisão da Lei de Financiamento dos Corpos de Bombeiros corrigindo o sub-financiamento;
- Lei de Programação de Instalações e Equipamentos dos Bombeiros;
- Defender a Gestão Pública das Matas Nacionais.

O Orçamento de Estado para 2018 tem de responder aos problemas. Impõe-se um mapa orçamental, com os montantes, o seu destino e condições em que será utilizado – um Orçamento com verbas reforçadas para a defesa da Florestas.

Há dinheiro para dar resposta aos problemas do país, dos trabalhadores e do povo e aos problemas das florestas.

Ponham-se os interesses do povo à frente do défice e da dívida. O aumento do défice não é a morte de ninguém! Cada décima do défice vale 200 milhões de euros. Usem-se os 5000 milhões de euros de saldo orçamental ao serviço do povo e não para os enterrar numa dívida insustentável.

No debate do Orçamento do Estado, o PCP, mostrará que é possível garantir os investimentos de que a Floresta carece.

 **PCP**
**Política Patriótica
e de Esquerda**

WWW.PCP.PT